

Certifico que recebi este expediente na
Diretoria de Materiais às 15:10 h
do dia 26/06/2017

Fátima
Servidor Responsável

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE BIRIGUI/SP

Edital nº 065/2017
Pregão Presencial nº 054/2017

G.I. GEOTECONOLOGIA, SISTEMA E AEROLEVANTAMENTO LTDA, ,
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº08.953.316/0001-00, sediado
na Rua Getúlio Vargas, nº 304, Bairro Alto da Boa Vista, na cidade de Itumbiara - GO,
neste ato representado pelo Sr. Luciano Silva Guimarães, inscrito no CPF sob nº
574.821.956-53, residente e domiciliado na cidade de Itumbiara-GO, vem
respeitosamente e com o devido acato à presença do Ilmo. Pregoeiro, com fulcro no
item 12.1 do instrumento convocatório e no art. 41, §2º da Lei nº 8.666/93, apresentar
IMPUGNAÇÃO ao instrumento convocatório em razão dos fatos a seguir expostos.

I – DA DIVISIBILIDADE DOS SERVIÇOS DISPOSTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA

Conforme especificado no Termo de Referência, a licitante vencedora terá que
executar os seguintes serviços:

Anexo II

TERMO DE REFERÊNCIA

(...)

1. PARCELAS DO SERVIÇO A SER CONTRATADO

1.21. *Apresenta-se a seguir as parcelas dos serviços a serem contratados:*

G.i. Geotecnologia Sistema e Aerolevantamento Ltda

CNPJ 08.953.316/0001-00

Rua Getúlio Vargas nº 304 – Bairro Alto da Boa Vista – Itumbiara-Goiás- CEP 75523-170

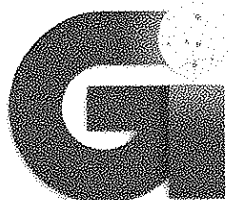
+55 64 3433 1522

comercial@geourbano.com.br

www.geourbano.com.br



[Handwritten signature]
1



GEOPROCESSAMENTO

Item	Descrição dos Produtos e Serviços	VALOR GLOBAL
1	Fornecimento de Licenças de todos os módulos do sistema para uso do Município em caráter perpétuo e sem limite de usuários	R\$ 707.666,67
2	Serviços de Instalação dos softwares aplicativos no ambiente tecnológico.	R\$ 79.500,00
3	Conversão dos dados para formação do MMB e CTM e integrações necessárias com demais sistemas existentes na Prefeitura (Interoperabilidade).	R\$ 188.733,33
4	Atualização da Base Digital Cartográfica do Município com área estimada em 130 km2 com o uso de imagem orbital atualizada.	R\$ 379.956,67
5	Atualização do perímetro de Edificações usando técnicas de vetorização com o uso de imagens orbitais atualizadas, obtendo objetos vetoriais que possam ser utilizados para cálculo de área da edificação do imóvel (número estimado de 60 mil imóveis).	R\$ 173.100,00
6	Detecção de divergência da área edificada de imóvel obtida com técnicas de vetorização em face dos dados existentes no cadastro imobiliário urbano (número estimado de 60 mil imóveis).	R\$ 289.366,67
7	Atualização do Padrão Construtivo de Imóveis com divergência da área edificada, mediante o uso de Fotografia Panorâmica de Fachada (número estimado de 60 mil imóveis).	R\$ 233.733,33
8	Parametrizações /Customizações/ Adequação aos processos de trabalho.	R\$ 160.200,00
9	Treinamento dos Usuários.	R\$ 54.536,66
10	Operação Assistida por um período de 12 (doze)	R\$ 898.110,00
Valor Global Total:		R\$ 3.173.903,33
Valor por extenso: Três milhões, cento e setenta e três mil, novecentos e três reais e trinta e três centavos		

(...)

Conforme descrito na planilha acima, especificamente no item 10, a licitante vencedora deverá realizar uma operação assistida por um período de 12 (doze) meses.

Cabe ressaltar que tal operação assistida é descrita no instrumento convocatório, no capítulo que se refere às atribuições da Central de Atendimento:

G.i. Geotecnologia Sistema e Aerolevantamento Ltda

CNPJ 08.953.316/0001-00

Rua Getúlio Vargas nº 304 – Bairro Alto da Boa Vista – Itumbiara-Goiás- CEP 75523-170

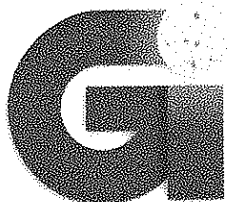
+55 64 3433 1522

comercial@geourbano.com.br

www.geourbano.com.br



25
18



GEOPROCESSAMENTO

Principais atribuições da Central de Atendimento:

*Ser fonte de informação sobre acesso aos diferentes serviços municipais;
Emitir o cartão único do cidadão com possibilidade de impressão da foto caso a PREFEITURA opte por esse Birigui - SP;*

Disponibilizar acesso aos dados do cidadão para os diferentes órgãos e entidades conveniados com o Município, inclusive órgãos de segurança pública, justiça eleitoral, entre outros;

Executar os procedimentos de atualização dos dados junto às diferentes esferas governamentais, mediante formalização de Convênios e Parcerias firmadas pela PREFEITURA, consubstanciados na manutenção (inclusão, alteração e exclusão) de dados relativos ao Cadastro Único do Cidadão;

*Proceder à manutenção de dados relativos ao Cadastro da Atividade Econômica utilizado pelos diferentes serviços municipais que operam na área de receita;
Disponibilizar acesso aos dados da atividade econômica para os diferentes órgãos e entidades conveniados com o Município, inclusive corpo de bombeiro, cartórios em geral, entre outros, e prestar informações relativas ao acesso aos diferentes serviços municipais correlatos;*

Proceder à manutenção do Cadastro Físico Territorial e atualização reiterativa ao Mapa Urbano Básico do Município.

Disponibilizar acesso aos dados físicos territoriais para os diferentes órgãos e entidades conveniados com o Município e prestar informações relativas ao acesso aos diferentes serviços municipais correlatos.

A implantação da Central envolve o estabelecimento de processos necessários para os objetivos a que a Central se destina adequados às finalidades definidas neste Termo de Referência.

G.I. Geotecnologia Sistema e Aerolevantamento Ltda

CNPJ 08.953.316/0001-00

Rua Getúlio Vargas nº 304 – Bairro Alto da Boa Vista – Itumbiara-Goiás- CEP 75523-170

+55 64 3433 1522

comercial@geourbano.com.br

www.geourbano.com.br



2
19

Na operação da Central de Atendimento deverão ser implantados modelos de atendimentos, dando-se principal enfoque à organização da informação e dos serviços em torno das necessidades do cidadão.

A PROPONENTE deverá fornecer, implantar, e garantir suporte e operação assistida, durante a vigência do contrato, de sistema informatizado para gestão do atendimento na Central, incluindo sistema de agendamento on line, sistema de controle de fila de espera, considerando inclusive a necessidade de atenção prioritária para grupos especiais (idosos, gestantes, pessoas com deficiência e etc.) e sistema de gestão para acompanhamento dos atendimentos.

Da forma como se depreende do objeto contrato a implantação da Central de Atendimento não engloba apenas a solução de software, mas também aspectos gerenciais e de planejamento, e ainda o emprego de mão de obra da licitante, por um período de 12 (doze) meses.

Tal central de atendimento não se encontra no escopo e finalidade do objeto principal do certame, que é a implantação e operacionalização do CTM/SIG, que envolve a atualização da planta de imóveis do município mediante georreferenciamento e implantação de software para processamento das informações, tudo em conformidade com a Portaria nº 511/2009-MCIDADES.

Desta forma a implantação da presente Central de Atendimento com operação assistida, não seria objeto do certame, devendo, portanto compor outro objeto ou lote dentro do mesmo, haja vista a necessidade de parcelamento do objeto, nos termos do art. 23, §1º da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

Art. 23 (...)

(...)

G.i. Geotecnologia Sistema e Aerolevantamento Ltda

CNPJ 08.953.316/0001-00

Rua Getúlio Vargas nº 304 – Bairro Alto da Boa Vista – Itumbiara-Goiás- CEP 75523-170

+55 64 3433 1522

comercial@geourbano.com.br

www.geourbano.com.br





GEOPROCESSAMENTO

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

No mesmo contexto preleciona o nobre professor Marçal Justen Filho acerca da matéria: "O art. 23, §1º, impõe o fracionamento como obrigatório. A regra retrata a vontade legislativa de ampliar a competitividade e o universo de possíveis interessados. (...) A competição produz redução de preços e se supõe que a Administração desembolsará menos, em montantes globais, através da realização de uma multiplicidade de contratos de valor inferior do que pela pactuação de contratos de valor inferior do que pela pactuação de contratação única."¹

Neste sentido preleciona o Tribunal de Contas da União acerca da matéria:

SÚMULA Nº 247

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

"A falta de parcelamento do objeto, quanto este é técnica e economicamente viável, contraria a legislação em vigor (arts. 15, IV, e 23, §1º, da Lei nº 8.666/93) e a jurisprudência consolidada no Tribunal (Súmula 247), restringe a

¹ Justen Filho, Marçal, Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 16. Ed., São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, p. 366.

G.i. Geotecnologia Sistema e Aerolevante Ltda

CNPJ 08.953.316/0001-00

Rua Getúlio Vargas nº 304 – Bairro Alto da Boa Vista – Itumbiara-Goiás- CEP 75523-170

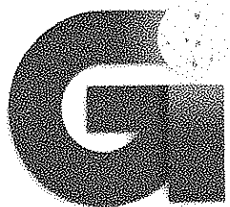
+55 64 3433 1522

comercial@geourbano.com.br

www.geourbano.com.br



25
(21)



GEOPROCESSAMENTO

competitividade da licitação e prejudica a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, ao impedir que os fabricantes dos produtos possam participar diretamente da competição" (Acórdão 1.913/2013, Plenário, rel. Min. José Múcio Monteiro)"

Nos termos apresentados o presente edital encontra-se eivado de vício devendo o serviço referente à implantação de Central de Atendimento ser licitado em outro lote ou em processo individualizado, haja vista a necessidade e obrigatoriedade de se parcelar o objeto do pretense certame.

II – DAS PARCELAS DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS DISPOSTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA

Conforme especificado no Termo de Referência, a licitante vencedora terá que executar os seguintes serviços:

Anexo II

TERMO DE REFERÊNCIA

(...)

2. PARCELAS DO SERVIÇO A SER CONTRATADO

1.22. Apresenta-se a seguir as parcelas dos serviços a serem contratados:

Item	Descrição dos Produtos e Serviços	VALOR GLOBAL
1	Fornecimento de Licenças de todos os módulos do sistema para uso do Município em caráter perpétuo e sem limite de usuários	R\$ 707.666,67
2	Serviços de Instalação dos softwares aplicativos no ambiente tecnológico.	R\$ 79.500,00
3	Conversão dos dados para formação do MMB e CTM e integrações necessárias com demais sistemas existentes na Prefeitura (Interoperabilidade).	R\$ 188.733,33
4	Atualização da Base Digital Cartográfica do Município com área estimada em 130 km ² com o uso de imagem orbital atualizada.	R\$ 379.956,67

G.i. Geotecnologia Sistema e Aerolevantamento Ltda

CNPJ 08.953.316/0001-00

Rua Getúlio Vargas nº 304 – Bairro Alto da Boa Vista – Itumbiara-Goiás- CEP 75523-170

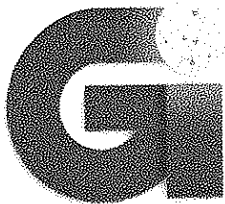
+55 64 3433 1522

comercial@geourbano.com.br

www.geourbano.com.br



25
22

**GEOPROCESSAMENTO**

5	Atualização do perímetro de Edificações usando técnicas de vetorização com o uso de imagens orbitais atualizadas, obtendo objetos vetoriais que possam ser utilizados para cálculo de área da edificação do imóvel (número estimado de 60 mil imóveis).	R\$ 173.100,00
6	Deteção de divergência da área edificada de imóvel obtida com técnicas de vetorização em face dos dados existentes no cadastro imobiliário urbano (número estimado de 60 mil imóveis).	R\$ 289.366,67
7	Atualização do Padrão Construtivo de Imóveis com divergência da área edificada, mediante o uso de Fotografia Panorâmica de Fachada (número estimado de 60 mil imóveis).	R\$ 233.733,33
8	Parametrizações /Customizações/ Adequação aos processos de trabalho.	R\$ 169.200,00
9	Treinamento dos Usuários.	R\$ 54.536,66
10	Operação Assistida por um período de 12 (doze) meses.	R\$ 898.110,00
Valor Global Total:		R\$ 3.173.903,33
Valor por extenso: Três milhões, cento e setenta e três mil, novecentos e três reais e trinta e três centavos		

(...)

Conforme descrito na planilha acima, especificamente nos itens 8, 9 e 10, a licitante vencedora deverá realizar Serviços descritos resumidamente e detalhados no Termo de Referência, porém para sua realização, não foram apresentados quais são os “quantitativos e as respectivos unidades de referência” para que os interessados possam realizar os cálculos dos custos e apresentar propostas:

- Parametrizações /Customizações/ Adequação aos processos de trabalho
- Treinamento dos Usuários.
- Operação Assistida

Para os itens citados acima, as respectivas unidades de referência são em “horas ou por pessoas”, pois acreditamos que para chegar ao valor máximo de cada item de serviços a ser licitado o município tenha realizado cotações prévias para abertura do processo licitatório, com “quantitativos e as respectivos unidades de referência”, e os mesmos não constam no anexo I de preço.

G.I. Geotecnologia Sistema e Aerolevantamento Ltda

CNPJ 08.953.316/0001-00

Rua Getúlio Vargas nº 304 – Bairro Alto da Boa Vista – Itumbiara-Goiás- CEP 75523-170

+55 64 3433 1522

comercial@geourbano.com.br



www.geourbano.com.br



23

Verificamos que no Termo de Referência não consta quantitativo de horas para o item de serviço: "Parametrizações /Customizações/ Adequação aos processos de trabalho".

Cabe ainda ressaltar que tal "operação assistida" é descrita no instrumento convocatório, no ITEM 1.42.:

"1.42. Operação Assistida Compreende os serviços necessários ao adequado funcionamento dos sistemas durante a vigência do contrato. Para tanto, a PROPONENTE deverá manter, em sua sede, equipe técnica alocada ao desenvolvimento e aprimoramento dos sistemas. A operação assistida dos sistemas poderá ocorrer em dois níveis: ações corretiva e ações evolutiva.

1.43. Ação Corretiva Esta modalidade visa corrigir defeitos do sistema implantado ou erros causados em atividades realizadas pelos técnicos da PROPONENTE, relacionados a:

Funcionalidades do sistema;

Desenvolvimento do sistema;

Implementação ou instalação do sistema;

Conversões de bases de dados;

Problemas causados por interpretação de maneira total ou parcialmente incorreta de orientações, regras de negócio, fórmulas de cálculos e outros fatores que influenciam nos resultados, usos e parametrizações do sistema.

Todas as situações acima deverão ser encaminhadas via sistema de ordem de serviços eletrônica pela PREFEITURA à PROPONENTE. As ações para a resolução dos defeitos e erros contemplados nesta modalidade de manutenção serão operadas remotamente e, em caso de necessidade, deverá haver o deslocamento do técnico às instalações da PREFEITURA. A ação corretiva será realizada sem custos para a PREFEITURA."

A disposição de preço máximo previsto, **R\$ 898.110,00**, para o item 10 (planilha acima) está correto? Qual o quantitativo máximo de "Operação Assistida" será realizado? Por quanto tempo? visto que o município está adquirindo Licenças de Sistemas em caráter perpétuo, por período indeterminado, e os itens de Sistema já são predefinidos no Termo de Referência, que deverão demonstrados todos itens em plena funcionabilidade em prova de conceito. Pois, registramos uma contradição com a

G.i. Geotecnologia Sistema e Aerolevantamento Ltda

CNPJ 08.953.316/0001-00

Rua Getúlio Vargas nº 304 – Bairro Alto da Boa Vista – Itumbiara-Goiás- CEP 75523-170

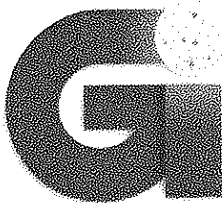
+55 64 3433 1522

comercial@geourbano.com.br

www.geourbano.com.br



Handwritten signature and the number 24 in a circle.



GEOPROCESSAMENTO

citação do item 1.42, visto que a operação assistida dos sistemas poderá ocorrer em dois níveis: ações corretiva e ações evolutiva. Para **Ações Evolutivas** não foram detalhadas o quantitativo de horas de trabalho de desenvolvimento de software a ser realizado pela empresa proponente possa calcular o preço de sua proposta para item 10 do anexo de preço. Já para ações Corretivas, citadas no item 1.43 não há porque apresentar proposta de custos, pois são ações corretivas de sistemas por parte da empresa a ser contratada sem custos para o município.

Verificamos que no Termo de Referência e não consta quantitativo de horas para ações evolutivas detalhadas por módulos de Sistemas.

Solicitamos a correção do item para apresentação de proposta para o item como Operação Assistida somente para ações Evolutivas, juntamente com os “quantitativos e as respectivos unidades de referência” para o item.

Nos termos do art. 40, §2º, II da Lei nº 8.666/93.

§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I - o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;

II - demonstrativo do orçamento estimado em planilhas de quantitativos e custos unitários;

II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Portanto mais uma flagrante encontrado no instrumento convocatório que merece ser retificada.

III – DA ILEGALIDADE NA ESTIPULAÇÃO DE PRAZOS MINIMOS PARA APRESENTAÇÃO DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

No Termo de Referência no capítulo **Considerações Técnicas Gerais** é disposto que:

CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS GERAIS:

G.I. Geotecnologia Sistema e Aerolevantamento Ltda

CNPJ 08.953.316/0001-00

Rua Getúlio Vargas nº 304 – Bairro Alto da Boa Vista – Itumbiara-Goiás- CEP 75523-170

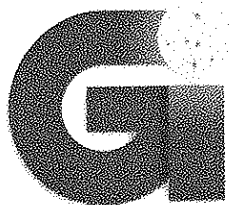
+55 64 3433 1522

comercial@geourbano.com.br

www.geourbano.com.br



Handwritten signature and the number 2.



GEOPROCESSAMENTO

Com o intuito de garantir a capacitação técnica da Licitante de fornecer a solução, a empresa vencedora da fase de lances do certame deverá por meio de atestado(s):

Licenciamento de Sistema Integrado de Gestão das informações Web Georeferenciado, com funcionalidades descritas no ANEXO XI – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS.

Interoperação com outros sistemas utilizando camada de web services - arquitetura SOA - com as características especificadas no item - ARQUITETURA PADRÃO DO MUNICÍPIO.

Elaboração de Base Digital Cartográfica com as características especificadas no item - Mapa Urbano Básico - MUB.

Os atestados devem ser fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

Os atestados referir-se-ão a contratos já decorridos de no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato; e

A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.

A presente redação dispõe que serão exigidos atestados de capacidade técnica da licitante, durante a fase de habilitação, que contenham os seguintes serviços: Licenciamento de Sistema Integrado de Gestão das informações Web Georeferenciado, com funcionalidades descritas no ANEXO XI – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS; Interação com outros sistemas utilizando camada de web services - arquitetura SOA - com as características especificadas no item - ARQUITETURA PADRÃO DO MUNICÍPIO; Elaboração de Base Digital Cartográfica com as características especificadas no item - Mapa Urbano Básico - MUB.

G.I. Geotecnologia Sistema e Aerolevanteamento Ltda

CNPJ 08.953.316/0001-00

Rua Getúlio Vargas nº 304 – Bairro Alto da Boa Vista – Itumbiara-Goiás- CEP 75523-170

+55 64 3433 1522

comercial@geourbano.com.br



www.geourbano.com.br



25
26

Do presente fato se verifica que o atestado deverá comprovar o licenciamento de sistema integrado de gestão com todas as funcionalidades exigidas no Anexo XI Especificações Técnicas Mínimas Obrigatórias, cabe esclarecer que a presente exigência é vedada pela legislação e pelo Tribunal de Contas da União no texto da Súmula 263, *in verbis*:

Súmula nº 263

Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

Cabe ressaltar que é legal a exigência de quantitativos mínimos, mas a desproporcionalidade encontra-se no fato da exigência de cumprimento no atestado de 100% das especificações técnicas obrigatórias, sendo esta exigência uma afronta a legislação licitatória, em especial ao art. 3º, §1º, I da Lei nº 8.666/93.

Além da exigência excessiva retro mencionada há ainda a exigência de prazo específico para o atestado, conforme disposto, no trecho retirado do Anexo II – Termo de Referência, a saber, “Os atestados referir-se-ão a contratos já decorridos de no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato;”

G.i. Geotecnologia Sistema e Aerolevante Ltda

CNPJ 08.953.316/0001-00

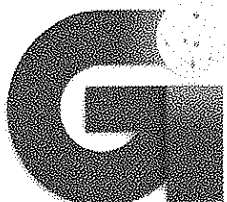
Rua Getúlio Vargas nº 304 – Bairro Alto da Boa Vista – Itumbiara-Goiás- CEP 75523-170

+55 64 3433 1522

comercial@geourbano.com.br

www.geourbano.com.br





GEOPROCESSAMENTO

Ou seja, do acima disposto encontra-se limitado por prazos a apresentação dos atestados, sendo tal limitação vedada pela legislação, nos termos do art. 30, §1º, I da Lei nº 8.666/93.

Portanto mais uma flagrante ilegalidade encontrada no instrumento convocatório que merece ser retificada.

IV – DA IMPOSIÇÃO DE PREÇOS FIXOS E IRREAJUSTÁVEIS – AFRONTA A LEGISLAÇÃO QUE REGE AS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

O instrumento, em dois momentos distintos, aponta que os preços serão fixos e irreajustáveis, conforme a redação dos seguintes dispositivos:

7.11 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE DA PROPOSTA

(...)

d) **preço unitário e total, fixos e irreajustáveis**, expresso em reais (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, para o objeto ofertado, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, tais como: impostos, taxas, fretes, materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o objeto da presente licitação, CIF – CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADES/BIRIGUI-SP;

(...)

Anexo VII - Minuta contrato

(...)

G.i. Geotecnologia Sistema e Aerolevanteamento Ltda

CNPJ 08.953.316/0001-00

Rua Getúlio Vargas nº 304 – Bairro Alto da Boa Vista – Itumbiara-Goiás- CEP 75523-170

+55 64 3433 1522

comercial@geourbano.com.br

www.geourbano.com.br



25
28

Cláusula 2ª - DO PREÇO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto deste contrato com base no preço ofertado, **fixo e irreajustável**.
(...)

A disposição de preço fixo e irreajustável é cláusula irregular e ilegal, haja vista que a legislação que regulamenta as licitações e os contratos administrativos, enumera em diversos dispositivos que os preços podem ser reajustados desde que atendidos a alguns requisitos:

Art. 40. **O edital** conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, **e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:**

(...)

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela;

Art. 55. **São cláusulas necessárias** em todo contrato as que estabeleçam:
(...)

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

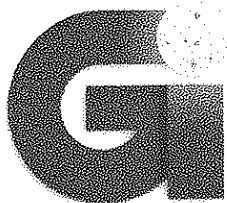
(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Ou seja, da redação dispositivos legais retro mencionados se extrai que os contratos administrativos podem ter seus valores reajustados, portanto não sendo possível alegar conforme quer o instrumento convocatório que os preços serão fixos e irreajustáveis, sendo esta cláusula restritiva de competitividade e ilegal nos termos da legislação.



Handwritten signature and the number 30.



GEOPROCESSAMENTO

Neste diapasão preleciona a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais acerca da matéria, em decisão monocrática da relatora Adriene Andrade: "A Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado (TCEMG) referendou, na sessão desta terça-feira, 05 de maio, decisão monocrática da Conselheira Adriene Andrade pela suspensão de uma licitação da Prefeitura de Pouso Alegre, no Sul de Minas. A medida cautelar paralisou, no dia 27 de abril, a Concorrência Pública nº 005/2015, realizada para contratar empresa especializada para execução de obra de pavimentação, recapeamento e drenagem, com valor estimado de R\$ 19,7 milhões. A abertura das propostas estava prevista para o dia 24 de abril. A licitação foi analisada pelo TCEMG após Denúncia (processo 951.653) encaminhada ao Tribunal por uma empresa. Em sua análise preliminar, a Conselheira identificou, no edital da concorrência, a indevida exigência de comprovação técnico-operacional e a determinação de que os preços contratados sejam fixos e irrevogáveis. "Impondo restrição desnecessária à competitividade do certame, por não se mostrarem indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações contratuais", afirmou." (Texto retirado do sítio eletrônico do TCEMG <http://www.tce.mg.gov.br/Imprimir.asp?codPagina=1111621370>)

Portanto, diante a irregularidade do dispositivo se verifica que os itens constantes do instrumento convocatório e da minuta contratual merecem ser retificados e que sejam incluídas cláusulas de possibilidade de reajustamento e reequilíbrio contratual.

V - DA REDAÇÃO CONFLITANTE DOS ITENS 7.15.2 E SUBITEM 7.15.2.2 DO EDITAL

O instrumento convocatório no item 7.15.2, dispõe que "É facultada as licitantes a substituição dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, salvo aqueles abaixo excetuados, pelo Certificado de Registro Cadastral - CRC, expedido por qualquer Órgão Público, desde que em plena validade, e com a qualificação pertinente ao seu ramo de atividade compatível com o objeto do certame;" (grifo nosso)

G.i. Geotecnologia Sistema e Aerolevantamento Ltda

CNPJ 08.953.316/0001-00

Rua Getúlio Vargas nº 304 – Bairro Alto da Boa Vista – Itumbiara-Goiás- CEP 75523-170

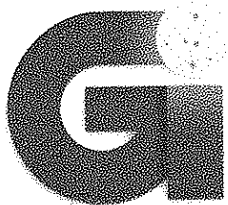
+55 64 3433 1522

comercial@geourbano.com.br

www.geourbano.com.br



Handwritten signature and the number 31 in a circle.



GEOPROCESSAMENTO

Já o subitem 7.15.2.2 possui a seguinte redação "O Certificado de Registro Cadastral não substitui os documentos relacionados nos subitens 7.14.2 e 7.14.3 devendo ser apresentados por todos os licitantes."

Ou seja, conforme se verifica o item 7.15.2 autoriza a utilização de Certificado de Registro Cadastral – CRC para substituir os documentos de habilitação, mas a disposição do item 7.15.2.2 delimita que não se aplica ao 7.14.2 e 7.14.3 das condições de habilitação.

Mas conforme se verifica no instrumento convocatório são exigidos apenas 04 (quatro) critérios de habilitação, quais sejam os itens 7.14.1, 7.14.2, 7.14.3 e 7.14.9, sendo as exigências respectivamente, Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômica – Financeira e Outras Comprovações.

Cabe ressaltar que a presente exigência encontra-se incoerente e ilegal com as exigências dispostas no §2º do art. 32 da Lei nº 8.666/93, *in literis*:

§ 2º O certificado de registro cadastral a que se refere o § 1º do art. 36 substitui os documentos enumerados nos arts. 28 a 31, quanto às informações disponibilizadas em sistema informatizado de consulta direta indicado no edital, obrigando-se a parte a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação

Portanto merece ser alterado o instrumento convocatório para adequação da redação do dispositivo 7.15.2.2 para que atenda os ditames da Lei nº 8.666/93.

VI – DA IRREGULARIDADE DA APRESENTAÇÃO DA VISITA TÉCNICA NO ATO DA PROPOSTA

G.I. Geotecnologia Sistema e Aerolevantamento Ltda

CNPJ 08.953.316/0001-00

Rua Getúlio Vargas nº 304 – Bairro Alto da Boa Vista – Itumbiara-Goiás- CEP 75523-170

+55 64 3433 1522

comercial@geourbano.com.br

www.geourbano.com.br





GEOPROCESSAMENTO

No Capítulo XXIII do instrumento convocatório, encontra-se elencado que os atestados de visita técnica deverão ser acondicionados no envelope de proposta de preços, conforme abaixo transcrito:

XXIII – VISITA TÉCNICA

(...)

23.3 - As visitas técnicas deverão ser realizadas até 03 (três) dias antes da data da realização do pregão, ou seja, até o dia 26/06/2017, ocasião em que será designado um servidor que acompanhará o licitante e expedirá a respectiva declaração de que o licitante encontra-se ciente e de acordo com as condições do serviço a ser executado, a qual deverá ser anexada ao envelope proposta.

No caso em comento se verifica que a presente exigência encontra-se equivocada, haja vista que a presente exigência não atende os preceitos legais, pois tal documento deveria ser exigido no ato de habilitação e não na fase de proposta como quer a disposição editalícia.

Nestes termos preleciona o art. 30, inciso III da Lei nº 8.666/93:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

G.I. Geotecnologia Sistema e Aerolevantamento Ltda

CNPJ 08.953.316/0001-00

Rua Getúlio Vargas nº 304 – Bairro Alto da Boa Vista – Itumbiara-Goiás- CEP 75523-170

+55 64 3433 1522

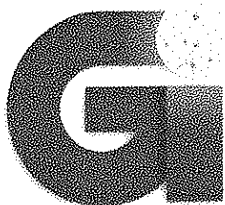
comercial@geourbano.com.br



www.geourbano.com.br



Handwritten signature and the number 33.



GEOPROCESSAMENTO

Da redação do dispositivo legal se extrai que o documento que atesta a visita técnica efetuada pela licitante deve ser apresentado juntamente com a Documentação de Qualificação Técnica e não na fase de apreciação da proposta, portanto tal fato exigência não atende os requisitos legais devendo ser retificada.

III – DOS PEDIDOS

Diante o exposto requer-se que:

a) Diante as ilegalidades apontadas descrito nesta peça, e ainda com fulcro no art. 49 da Lei nº 8.666/93 e na súmula 473 do STF, que seja ANULADO o Edital nº 065/2017 - Pregão Presencial nº 054/2017, em razão das ilegalidades perpetuadas no âmbito do instrumento convocatório;

b) Caso não seja este o entendimento, que o instrumento convocatório seja RETIFICADO extirpando-se as ilegalidades apontadas, sendo renovada a publicação nos termos do art. 21, §4º da Lei nº 8.666/93.

Nesses termos, pede-se deferimento.

Itumbiara/GO, 26 de junho de 2016.

Luciano Silva Guimarães
G.i. Geotecnologia Sistema e Aerolevantamento Ltda
CNPJ 08.953.316/0001-00

G.i. Geotecnologia Sistema e Aerolevantamento Ltda

CNPJ 08.953.316/0001-00

Rua Getúlio Vargas nº 304 – Bairro Alto da Boa Vista – Itumbiara-Goiás- CEP 75523-170

+55 64 3433 1522

comercial@geourbano.com.br

www.geourbano.com.br



34

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.953.316/0001-00 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 26/07/2007
NOME EMPRESARIAL G.I. GEOTECNOLOGIA, SISTEMAS E AEROLEVANTAMENTOS LTDA - EPP			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) G.I. GEOTECNOLOGIA INTELIGENTE			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 73.20-3-00 - Pesquisas de mercado e de opinião pública 71.19-7-99 - Atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura não especificadas anteriormente 62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente 69.20-6-02 - Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária 63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R GETULIO VARGAS	NÚMERO 390	COMPLEMENTO	
CEP 75.523-170	BAIRRO/DISTRITO ALTO DA BOA VISTA	MUNICÍPIO ITUMBIARA	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO COMERCIAL@GEOURBANO.COM.BR		TELEFONE (64) 3433-1522	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/07/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **25/06/2017** às **18:50:48** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Atualize sua página](#)

Preparar Página
para Impressão

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
858264606

VALIDO

NOME
LUCIANO SILVA GUIMARAES

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
16812 MTE MG

CPF
574.821.956-53

DATA NASCIMENTO
02/10/1967

FILIAÇÃO
JOAO ADAO GUIMARAES
HIADA MARIA SILVA
GUIMARAES

PERMISSÃO
ACC

CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
00578156930

VALIDADE
24/03/2029

1ª HABILITAÇÃO
09/05/1989

OBSERVAÇÕES

Luciano Silva Guimarães

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
GOIANIA, GO

DATA EMISSÃO
03/04/2014

ASSINATURA DO EMISSOR

99512158851
GO101587511

DETRAN GO (COMAR)

PROIBIDO PLASTIFICAR
858264606

**NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
G. I. GEOTECNOLOGIA, SISTEMAS E AEROLEVANTAMENTOS
LTDA EPP**

CNPJ: 08.953.316/0001-00 – JUCEG – NIRE: 52202419901

.....

EMENTA: - Nona Alteração Contratual;
- Alteração do Endereço da Filial;
- Alteração no Quadro Societário;
- Consolidação do Contrato Social.

Quadro Societário:

ELIZANGELA DA SILVA GOMES, brasileira, Solteira, natural de Goiânia Estado de Goiás, nascida aos 30/09/1972, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 3437002-6391656, SSP/GO, do CPF/MF nº 556.510.461-00, filha de Eurípedes da Silva Gomes e Maria Alacidir Gomes, residente e domiciliada nesta cidade de Itumbiara Estado de Goiás, na Rua Olívio Andrade Ribeiro, nº 195, Bairro Jardim Primavera, CEP: 75.524-505.

LUCIANO SILVA GUIMARÃES, brasileiro, natural de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, casado sob o Regime de Separação Total de Bens, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 16812 MTE/MG, do CPF nº 574.821.956-53, nascido em 02.10.1967, filho de João Adão Guimarães e Híada Maria Silva Guimarães, residente e domiciliado nesta cidade de Itumbiara Estado de Goiás, na Avenida Adelina Alves Vilela, nº 210, Bairro Jardim Primavera, CEP: 75.524-680.

LUCIANO SILVA GUIMARÃES FILHO, brasileiro, natural de Santa Vitória Estado de Minas Gerais, solteiro, Advogado, residente e domiciliado na cidade de Caldas Novas Estado de Goiás, na Rua 29, Quadra 28, Lote 16, Setor Jardim Boa Vista, Cep: 75.690-000, portador da Cédula de Identidade nº 12188792 SSP/MG, CPF 013.068.156-30, nascido em 22.11.1987, filho de Luciano Silva Guimarães e Rosimar Aparecida Mendes, únicos sócios componentes da empresa; **G. I. GEOTECNOLOGIA, SISTEMAS E AEROLEVANTAMENTOS LTDA. EPP**, estabelecida na Rua Getúlio Vargas nº 390, Bairro Alto da Boa Vista, Cep: 75.523-170, Itumbiara Estado de Goiás, inscrita na JUCEG Junta Comercial do Estado de Goiás sob o NIRE 522.0241990-1, em 26.07.2007, inscrita no CNPJ nº 08.953.316/0001-00, resolvem de comum acordo promover na empresa, a alteração e consolidação do contrato social, mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira – Pela presente alteração contratual, altera-se o endereço da Filial de Uberlândia Estado de Minas Gerais devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob NIRE: 319.0247582-2 e inscrita no CNPJ sob nº 08.953.316/0002-90, para Rua Mario Pinto Sobrinho nº 187 CS, Bairro Santa Monica. Cep: 38.408-128, Uberlândia Estado de Minas Gerais.

Clausula Segunda – O sócio **LUCIANO SILVA GUIMARAES FILHO**, acima qualificado, cede e transfere a totalidade de suas quotas, 27.000 (Vinte e Sete Mil) quotas, para o sócio **LUCIANO SILVA GUIMARAES**, no ato da assinatura do presente contrato, totalizando R\$ 27.000,00 (Vinte e Sete Mil Reais), em moeda corrente do País, já integralizadas, dando plena, total e irrevogável quitação das mesmas e retira-se da sociedade, e o quadro societário fica assim distribuído:

- Elizângela da Silva Gomes.....	C/675.000 qts	R\$ 675.000,00
- Luciano Silva Guimarães.....	C/675.000 qts.....	R\$ 675.000,00

Total:	C/ 1.350.000	R\$ 1.350.000,00
---------------------	---------------------	-------------------------

Clausula Terceira – As demais cláusulas não alteradas, continuam em pleno vigor, conforme contrato primitivo e suas alterações.

Cláusula Quarta – A vista da alteração ora ajustada **CONSOLIDA-SE** o contrato social, com a seguinte redação

**CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DE UMA SOCIEDADE
EMPRESARIA LIMITADA
CONTRATO SOCIAL
G. I. GEOTECNOLOGIA, SISTEMAS E AEROLEVANTAMENTOS
LTDA EPP
Registrada na JUCEG sob o NIRE 522.0241990-1
CNPJ/MF sob o numero 08.953.316/0001-00**

Quadro Societário:

ELIZANGELA DA SILVA GOMES, brasileira, solteira, natural de Goiânia Estado de Goiás, nascida aos 30/09/1972, empresária, portadora da Cédula de Identidade nº 3437002-6391656, SSP/GO., do CPF/MF nº 556.510.461-00, filha de Eurípedes da Silva Gomes e Maria Alacidir Gomes, residente e domiciliada na Rua Olívio Andrade Ribeiro, nº 195, Bairro Jardim Primavera, CEP: 75.524-505.

LUCIANO SILVA GUIMARÃES FILHO, brasileiro, natural de Santa Vitória Estado de Minas Gerais, solteiro, Advogado, residente e domiciliado na cidade de Caldas Novas Estado de Goiás, na Rua 29, Quadra 28, Lote 16, Setor Jardim Boa Vista, Cep: 75.690-000, portador da Cédula de Identidade nº 12188792 SSP/MG, CPF 013.068.156-30, nascido em 22.11.1987, filho de Luciano Silva Guimarães e Rosimar Aparecida Mendes.

Clausula Primeira – A sociedade é de natureza empresária Limitada, e gira sob a denominação social de **G. I. GEOTECNOLOGIA, SISTEMAS E AEROLEVANTAMENTOS LTDA. EPP**, com sede na Rua Getúlio Vargas nº 390, Bairro Alto da Boa Vista, Itumbiara Estado de Goiás, CEP 75.523-170, com o contrato social devidamente registrado e arquivado na JUCEG sob o NIRE 522.0241990-1 em 26/07/2007, e inscrita no CNPJ 08.953.316/0001-00, cujo início de atividade se deu em 25/07/2007, com prazo de duração por tempo indeterminado, porém, podendo-a ser dissolvida a toda época, desde que proponha um dos sócios para qualquer ação fundada no presente contrato.

Parágrafo Único; A sociedade utiliza o nome de fantasia: **G. I. Geotecnologia Inteligente**.

Clausula Segunda – A sociedade possui a primeira filial, estabelecida na Rua Mario Pinto Sobrinho nº 187 CS, Bairro Santa Mônica, Uberlândia Estado de Minas Gerais, CEP: 38.408-128, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob NIRE: 319.0247582-2 e inscrita no CNPJ sob nº 08.953.316/0002-90.

Clausula Terceira – O objeto da sociedade compreende os serviços de:
CNAE: 71.19-7/01 SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODESIA. Descrição de Atividade: *Serviços de Geoprocessamento, *Serviços de Estudos e Demarcações de Solos, *Serviços de Geodésica (Estudos, Levantamentos), *Serviços Topográficos (Limites Topográficos, Levantamentos), *Serviços de Cartografia (Levantamento Cartográfico e Espacial), *Agrimensura,

CNAE: 73.20-3/00 PESQUISAS DE MERCADO E OPINIÃO PÚBLICA.
CNAE: 71.19-7/99 ATIVIDADES TÉCNICAS RELACIONADAS À ENGENHARIA E ARQUITETURA. Descrição de Atividade:

*Aerolevantamentos, *aerofotogrametria.

CNAE: 62.02-3/00 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE SISTEMAS CUSTOMIZÁVEIS. Descrição de Atividades:

*Desenvolvimento de Sistemas C.T.M. (Cadastro Técnico Multifinalitário),

*Desenvolvimento de Sistemas para Geoprocessamento,

*Desenvolvimento de Sistemas para Pesquisa de Campo, *Licenciamento de qualquer Sistema Desenvolvido.

CNAE: 62.04-0/00 - CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA FORMAÇÃO. **Descrição de Atividade:** *Instalação de Software, *Instalação de Servidores, Manutenção em Redes, Desenvolvimento de Sistemas, Consultoria em T.I.

CNAE: 74.90-1/99 - ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTIFICAS E TÉCNICAS.

CNAE: 69.20-6/02 - ATIVIDADE DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM DIVERSAS ÁREAS DO SETOR PÚBLICO, TAIS COMO: SAÚDE, CONTABILIDADE PÚBLICA, CONTROLADORIA, ELABORAÇÃO DE PROJETOS E DE ASSESSORIA EM GESTÃO PÚBLICA;

CNAE: 63.11-9/00 - DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS E IMAGENS, PROVEDORES DE SERVIÇOS DE APLICAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET.

CNAE: 85.99-6/04 - TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL.

CNAE: 47.51-0/01 - COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA.

Clausula Quarta – O capital social é de R\$ 1.350.000,00 (Um Milhão Trezentos e Cinquenta Mil Reais), dividido em 1.350.000 (Um Milhão Trezentos e Cinquenta Mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma, estando-as, totalmente integralizadas, assim distribuídas aos sócios: **ELIZANGELA DA SILVA GOMES** subscreveu 675.000 (Seiscentos Setenta e Cinco Mil) quotas, no valor nominal de R\$ 675.000,00 (Seiscentos Setenta e Cinco Mil Reais), **LUCIANO SILVA GUIMARÃES** subscreveu 675.000 (Seiscentos Setenta e Cinco Mil) quotas, no valor nominal de R\$ 675.000,00 (Seiscentos Setenta e Cinco Mil Mil Reais). e ficando sua composição conforme se segue:

ELIZANGELA DA SILVA GOMES	C/ 675.000 (qts)	R\$675.000,00
LUCIANO SILVA GUIMARÃES	C/ 675.000 (qts)	R\$675.000,00
Total	1.350.000 (qts)	R\$ 1.350.000,00

Clausula Quinta – As quotas do capital social são indivisíveis e não podem ser cedidas ou transferidas sem o consentimento expresso dos sócios, cabendo em igualdade de condições o direito de preferências ao sócio que queira adquiri-las.

Clausula Sexta – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do

capital social, nos termos do Art. 1.052 do Novo Código Civil, Lei nº 10.406/2002, conforme estabelece o artigo 1.054 combinado com o artigo 997, VIII, do Novo Código Civil Lei nº 10.406/2002, os sócios responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais e fiscais.

Clausula Sétima – A sociedade é gerida e Administrada pelos sócios, **ELIZANGELA DA SILVA GOMES e LUCIANO SILVA GUIMARÃES**, com poderes e atribuições de sócios administradores, podendo assinar todos os documentos em conjunto ou separadamente de acordo com as atribuições citadas abaixo:

- Os sócios administradores, poderão assinar individualmente pela sociedade e representa-la perante todos os Órgãos Públicos, Federais, Estaduais, Municipais, Autarquias, e Privados, assinando todos os documentos relativos à sociedade e a elecaberá responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto sempre no interesse da sociedade.

- Os sócios administradores, assinarão sempre em conjunto pela sociedade e representa-la perante assuntos de interesse bancários e financeiros, sendo-lhes, entretanto, vedado o uso da sociedade individualmente em negócios estranhos a terceiros e alheios aos fins sociais, tais como: Avais, Endossos, Fianças e favores de qualquer espécie, bem como onerar ao alienar bens imóveis da sociedade sem autorização do outro sócio.

- Os sócios administradores poderão nomear procuradores individuais, para representa-lo perante atos desta sociedade, outorgando a este, poderes específicos e as mesmas responsabilidades descritas neste.

- As deliberações sociais da sociedade serão tomadas em reuniões de sócios, presidida e secretariada pelos sócios presentes, que sempre lavrarão uma ata da reunião e levada posteriormente o registro em órgão competente.

- A convocação dos sócios para reuniões de deliberações sociais se dará por escrito, acerca da matéria em pauta a ser discutida, com a obtenção individual de ciência, dispensando-se as formalidades de publicação do anuncio, conforme parágrafo 6º, do artigo 1.072, da Lei 10.406/2002.

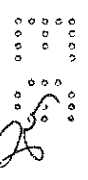
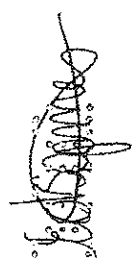
Ficará dispensada a reunião dos sócios quando estes decidirem por escrito sobre as matérias, objeto de deliberações, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 1.072, da lei 10.406/2002.

Nas reuniões de deliberações sociais, o sócio poderá ser representado por outra pessoa mediante procuração e poderes determinados ou por advogado mediante outorga de mandato com especificações dos atos autorizados.

Os sócios deliberaram em reuniões de deliberações sociais, sobre as seguintes matérias:

a) Assuntos de atos Administrativos, Financeiros, Fiscais e Contábeis;

5



- b) A aprovação de contas da Administração;
- c) A Designação e autorização de atos de Administrador quando o for feito em separado;
- d) A Destituição de Administradores ou de atos de Administrador;
- e) A criação e alteração do organograma de funcionamento da sociedade;
- f) A Criação e alteração de plano de Cargos e Salários da sociedade;
- g) A Nomeação de Colaboradores em Cargos de Confiança da sociedade;
- h) A modificação do Contrato Social;
- i) A incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- j) Nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento de suas contas;
- k) O pedido de Concordata;
- l) A decisão quanto a Investimentos, Aquisições e a Vendas de bens móveis e imóveis;
- m) As deliberações serão tomadas de acordo com os presentes, e nos casos previstos da lei 10.406/2002.

Os sócios no exercício da administração da sociedade terão por direito a uma retirada mensal a título de Pró-labore, cujo valor será fixado, de comum acordo entre os sócios, sendo observadas as disposições regulamentares pertinentes e disponibilidade financeira em caixa.

Os sócios cotistas que compõem a sociedade optam pela não constituição de Conselho Fiscal, de acordo com o artigo 1.066 da lei 10.406/2002.

Clausula Oitava – São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à sociedade, os atos que acarretarem responsabilidade para sociedade perante terceiros, e praticado em desobediência ao disposto na clausula anterior, sendo nulo com relação à sociedade, obrigando a responsabilidade tão somente quem o praticou.

Clausula Nona – Anualmente a 31 de dezembro é levantado o Balanço Geral do Ativo e Passivo, bem como a demonstração de resultado do exercício, o credito verificado, se positivo, é levantado para a conta de lucros acumulados para futuros aumentos do capital social e distribuição de lucros de acordo com as respectivas cotas de cada sócio, e se negativo, para prejuízos a amortizar, conforme a Legislação do Imposto de Renda em vigor.

Paragrafo Primeiro – A sociedade deliberará em reunião de sócios cotistas, devidamente convocada, a tratar de assuntos da distribuição dos resultados, ficando a sociedade autorizada a distribuição de lucros antecipado, mediante levantamento dos resultados de balanço intermediário, assinado pelo contador da sociedade, observando a reposição

6

[Handwritten signature and initials]

[Handwritten signature and initials]

dos lucros, quando a distribuição antecipada afetar o capital social, conforme Lei 10.406/2002.

Paragrafo segundo – Nos quatro meses seguintes ao termino do exercício social, os sócios deliberados sobre as contas e, se for o caso, designarão administradores, nos termos dos Artigos 1.071, 1.072 e 1.078 do CC/2002.

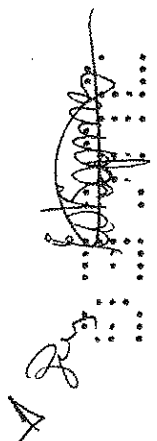
Clausula Décima - A sociedade possui filial neste território nacional, e poderá abrir outras filiais a qualquer época, bastando para isso apenas obedecer às normas legais.

7

Clausula Décima Primeira – A sociedade não se dissolverá em caso de morte, falência, ausência, impedimentos de qualquer um dos sócios, caso ocorra, continuará suas atividades com os herdeiros e sucessores, subrogados nos direitos do falecido, falido, ausente ou impedido, se nisso concordarem e mediante procedimento legal aplicável. Inexistindo a concordância dos herdeiros ou sucessores, quanto à continuidade na sociedade, a outra parte terá o direito da continuidade da sociedade e efetuará o pagamento do reembolso dos valores das quotas em moeda corrente, aos mesmos em 30 (Trinta) dias, após a manifestação de não concordância dos herdeiros ou sucessores.

Parágrafo Único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a um dos seus sócios.

Clausula Décima Segunda – Os sócios Administradores desta sociedade declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, seja por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos por crime falimentar, de prevaricação, peita suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, o sistema financeiro nacional as normas de defesa da concorrência, as relações de consumo, a fé publica e a propriedade conforme artigo 1.011, paragrafo primeiro da Lei 10.406/2002.



Clausula Décima Terceira - De conformidade com o que dispõe o artigo 1.053, paragrafo único, do código civil (Lei nº 10.406/2002), observar-se-ão na omissão de diploma legal nominado e deste contrato, as normas da sociedade simples e, facultativamente as disposições contidas na Lei da Sociedade Anônimas, aplicável supletivamente à sociedade Limitada.

Clausula Décima Quarta – Fica eleito o Foro da Comarca de Itumbiara Estado de Goiás, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.



E por estarem assim, justos e contratados, os sócios assinam o presente contrato em 01 (uma) via na presença de duas testemunhas.



Itumbiara-Go. 07 de fevereiro de 2017.

8

Elizângela da Silva Gomes
Sócia Administradora
Elizângela da Silva Gomes

Luciano Silva Guimarães
Sócio Administrador
Luciano Silva Guimarães

1º TAB
Carlos Henrique

Luciano Silva Guimarães Filho
Sócio Retirante
Luciano Silva Guimarães Filho

TESTEMUNHAS:

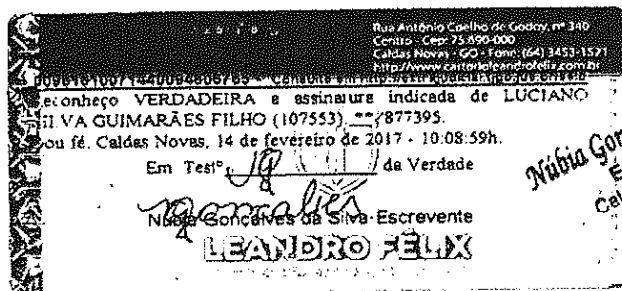
Adriano Alves de Oliveira
Adriano Alves de Oliveira
CPF: 514.958.991-87

Andresa de Paula Fraga
Andresa de Paula Fraga
CPF: 029.675.586-99

3º REG. CIVIL E TABELIONATO DE NOTAS - "CARLOS HENRIQUE"
Carlos Henrique Santos da Amaral - Oficial e Tabelião
05061612020954094606309, 05061612020934094606310 - Consulte em
<http://extrajudicial.tbos.br/peb>
Reconheço verdadeira e assinaturas indicadas de G. I.
GEOTECNOLOGIA, SISTEMAS E AEROLEVANTAMENTOS LTDA - EPP
representada por ELIZÂNGELA DA SILVA GOMES e LUCIANO SILVA
GUIMARAES-2598288
Dou fé. Itumbiara, 14 de fevereiro de 2017 - 13:47:32h.
Em Teste da Verdade
Rua Pedro F. de 252 - Centro - Itumbiara - GO (PABX: (04) 3431-5131)
Jackeline Medeiros
Suboficiala-Escrevente

JUCEG JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIFICO O REGISTRO EM: 17/02/2017
SOB O NÚMERO: 52171980077
Protocolo: 17/198007-7
Empresa: 52 2 0241990 1
G.I. GEOTECNOLOGIA, SISTEMAS E AEROLEVANTAMENTOS
LTDA - EPP
SECRETÁRIA-GERAL - PAULA NUNES LOBO VELLOSO ROSSI

Certifico que este documento da empresa G.I. GEOTECNOLOGIA, SISTEMAS E AEROLEVANTAMENTOS LTDA - EPP, Nire: 52 20241990-1, foi deferido e arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás. Para validar este documento, acesse <http://www.juceg.go.gov.br/> e informe: N° do protocolo 17/198007-7 e o código de segurança 2vZAE. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2017 16:29:52 por Paula Nunes Lobo - Secretária Geral.



Nubia Gonçalves da Silva
Escrevente
Caldas Novas - GO

Certifico que este documento da empresa G.I. GEOTECNOLOGIA, SISTEMAS E AEROLEVANTAMENTOS LTDA - EPP, Nire: 52 20241990-1, foi deferido e arquivado na Junta Comercial do Estado de Goiás. Para validar este documento, acesse <http://www.juceg.go.gov.br/> e informe: Nº do protocolo 17/198007-7 e o código de segurança 2vZAE. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/02/2017 16:29:52 por Paula Nunes Lobo – Secretária Geral.

44